

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Abreviaturas e Siglas Usadas</i>	XIX
---	-----

INTRODUÇÃO

1. Obrigação como processo	1
2. Deveres	2
3. Conceito de obrigação	4
4. Relação obrigacional	6
5. Elementos da obrigação	8
6. Efeito da obrigação	13
7. Fontes da obrigação	14
8. Adimplemento	16
9. Ainda o adimplemento	19
10. Extinção da obrigação	22
11. Generalidades sobre o tema da extinção do contrato	26
12. O contrato	28
13. Contrato útil e justo	32
14. Extinção dos contratos	34
15. Diversas causas da extinção dos contratos	36
16. Ineficácia	38
17. Casos de extinção por causa superveniente	40
18. Rescisão	44
19. Reforma do BGB	45
20. Reforma do Código Civil da França	47
21. Ainda a reforma do Código Civil da França	49

PRINCÍPIOS

1. Princípios jurídicos e a lição de Dworkin para sua aplicação.....	53
2. Princípios do direito obrigacional.....	56
3. Princípio da boa-fé objetiva.....	62
3.1. Princípio da boa-fé no Brasil.....	68
3.2. Direito estrangeiro.....	71
3.3. Distinções.....	80
3.4. Funções.....	87
3.4.1. Interpretação.....	89
3.4.2. Boa-fé integradora na relação obrigacional.....	92
3.4.3. Função limitadora.....	99
3.4.3.1. Teoria dos atos próprios.....	100
3.4.3.2. Outras modalidades de limitação.....	105
3.5. Efeitos.....	107
3.6. Casos de aplicação da boa-fé.....	111
3.7. As dificuldades para a utilização do princípio.....	114
4. Probidade.....	116
5. Igualdade.....	116
5.1. Igualdade e lesão.....	125
5.2. Igualdade e proporcionalidade.....	129
5.3. Igualdade e limitações.....	131
5.4. Igualdade no contrato.....	132
5.5. Igualdade e liberdade.....	136
5.6. Incidência do princípio constitucional.....	140
6. O fim econômico e social do direito subjetivo (art. 187) e a função social do contrato (art. 421).....	146
7. Equidade.....	153
8. Ordem pública.....	156
9. Enriquecimento sem causa.....	164
10. Abuso do direito.....	171
11. Cláusulas gerais e sua aplicação.....	174

PARTE ESPECIAL

LIVRO I

DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

TÍTULO V

DOS CONTRATOS EM GERAL

CAPÍTULO II

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

SEÇÃO I

DO DISTRATO

ART. 472	185
1. A força vinculativa do contrato	186
2. Conceito de distrato	187
3. Natureza	194
4. Requisitos	195
5. Denominação	196
6. Distrato e remissão.....	197
7. Distrato e transação.....	199
8. Efeitos no tempo	204
9. Efeitos em relação às partes.....	207
10. Efeitos em relação a terceiros	208
11. Prova do distrato	210
12. Formalidade	210
13. Invalidade.....	216
14. Negócio de disposição	216
15. Diversas espécies de contrato	219
15.1. Contratos atípicos	219
15.2. Contratos coligados	221
15.3. Distrato de promessa de compra e venda	222
15.4. Locação.....	224
15.5. Contrato de sociedade.....	224
15.6. Acordo de acionistas	227

15.7. Concessão comercial	229
15.8. Incorporação imobiliária.....	230
15.9. <i>Leasing</i>	231
15.10. Distrato do distrato	232
15.11. Estipulação em favor de terceiro.....	232
15.12. Planos e seguros privados de saúde	232
15.13. Hipoteca.....	233
15.14. Seguro	233
15.15. Contratos plurilaterais.....	234
15.16. Negócios pluripessoais	234
15.17. Atos societários e lei antitruste	235
15.18. Negócio fiduciário	235
15.19. Contratos administrativos	236
ART. 473	238
1. Introdução	239
2. Notificação	245
3. Resilição abusiva	248
4. Características	250
5. Efeitos	252
6. Efeitos após a extinção do contrato	253
7. Denominação	253
8. Resilição e rescisão	254
9. Contratos de duração.....	259
10. Espécies de resilição unilateral	264
10.1. Revogação.....	264
10.1.1. Revogação do mandato	266
10.1.2. Revogação da doação	271
10.1.3. Revogação da proposta (retratação)	275
10.1.4. Revogação da promessa	277
10.2. Ação revocatória	280
10.3. Renúncia.....	280
10.4. Denúncia	285
10.5. Arrependimento.....	291
10.6. Resgate	300
10.7. Remição	301

11. Resilição e os diversos tipos de contrato	302
11.1. Resilição em relação a sócio ou acionista	302
11.2. Associação	311
11.3. Sociedade cooperativa	311
11.4. Acordo de acionistas	311
11.5. Resilição e a ordem econômica	319
11.6. Promessa de compra e venda	320
11.7. Prestação de serviços	323
11.8. Empreitada	324
11.9. Comodato	326
11.10. Mútuo	327
11.11. Depósito	330
11.12. Agência ou distribuição	330
11.13. Representação comercial autônoma	339
11.14. Franquia	340
11.15. Corretagem	340
11.16. Transporte de pessoas	340
11.17. Seguro	341
11.18. Locação	344
11.19. Incorporação	347
11.20. Arrendamento	347
11.21. Negócio jurídico <i>per relationem</i>	348
11.22. Cheque	350
11.23. Contrato de consumo	354
11.24. Cartão de crédito	355
11.25. Plano de saúde	356
11.26. Fiança	357
11.27. Falência	358
11.28. Contrato administrativo	360
11.29. Concessão e permissão	362
12. Parágrafo único do art. 473	364

SEÇÃO II DA CLÁUSULA RESOLUTIVA

ART. 474	367
1. Condição resolutiva e cláusula resolutiva	368

2. Comparação entre os dois Códigos.....	375
3. Pacto comissório como garantia	384
4. Características e requisitos da resolução fundada em cláusula resolutiva	386
5. Efeitos	392
6. Cláusula resolutiva expressa (primeira parte do art. 474).....	394
7. Direito potestativo.....	397
8. “De pleno direito”	399
9. Convenção.....	399
10. Contratos de adesão e de consumo	401
11. Cláusula <i>solve et repete</i>	404
12. Manifestação do credor.....	404
13. Pluralidade de partes	408
14. Renúncia	409
15. Mora	410
16. Perdas e danos.....	411
17. A atuação judicial.....	412
18. Interpretação da cláusula.....	414
19. <i>Jus variandi</i>	415
20. Credor não inadimplente.....	416
21. Efeito	416
22. Resolução parcial	419
23. Defesa do devedor.....	420
24. Efeito com relação a terceiro	420
25. Art. 474, segunda parte: a cláusula resolutiva tácita.....	421
26. Termo essencial objetivo e subjetivo	422
27. Requisitos da cláusula resolutiva tácita	423
28. Direito potestativo.....	424
29. Interpelação judicial.....	427
30. Prazo para a atuação do credor	428
31. Prorrogação	429
32. Interpelação pelo devedor	429
33. Purga da mora	429
ART. 475	430
1. Generalidades.....	435
2. Origem	438

3. Fundamento.....	443
4. Resolução como direito formativo.....	447
4.1. Fatos extintivos que dão eficácia ao contrato	447
4.2. Fatos extintivos que atingem a eficácia	449
4.2.1. Fatos extintivos quanto à origem	450
4.2.2. Fatos extintivos quanto ao modo de atuação	452
5. Direito formativo	454
5.1. Espécies de direitos formativos	456
5.2. Características do direito formativo de resolução	458
5.3. Exercício do direito formativo mediante ato jurídico.....	458
5.4. Voluntariedade	459
5.5. Renúncia	461
6. Prescrição	466
7. Devedor como titular do direito de resolver	469
8. Extinção da relação	470
9. Ato dispositivo	472
10. Retratação	473
11. Relação de liquidação	473
12. Ineficácia em sentido estrito.....	474
13. Resolução como fase do processo obrigacional.....	478
14. Efeitos	481
15. Lei no tempo	483
16. Subsidiariedade	485
17. Espécies de resolução	486
17.1. Legal e convencional	488
17.2. Judicial e extrajudicial	490
17.3. Total ou parcial.....	497
18. Causas da resolução	500
19. Legitimidade ativa	501
19.1. Efeitos: <i>ex nunc</i> ou <i>ex tunc</i> ; com ou sem indenização	501
20. Extinção <i>ipso jure</i>	502
21. Distinção das figuras afins	503
22. Requisitos para a resolução.....	506
22.1. Natureza do contrato	507
22.1.1. Contrato bilateral.....	507
22.1.2. Contrato bilateral imperfeito	513

22.1.3. Contrato unilateral.....	514
22.1.4. Contratos onerosos e contratos gratuitos.....	516
22.1.5. Contratos plurilaterais	518
22.1.6. Contratos mistos, coligados e união de contratos	519
22.2. Requisitos: incumprimento definitivo da obrigação	526
22.2.1. Generalidades sobre o incumprimento.....	526
22.2.2. Espécies de incumprimento.....	532
22.2.3. O descumprimento imputável	537
22.2.4. Gravidade do incumprimento.....	539
22.2.5. Opções do credor diante do incumprimento	542
22.2.6. Impossibilidade	543
22.2.6.1. Impossibilidade parcial.....	551
22.2.6.2. Impossibilidade temporária	551
22.2.6.3. Impossibilidade imputável	552
22.2.7. Responsabilidade por ato de terceiro	560
22.2.8. Causalidade	561
22.2.9. Prova do incumprimento	563
22.2.10. Mora	564
22.2.11. Purga da mora.....	570
22.2.12. Cumprimento imperfeito. Infrações contratuais positivas	574
22.2.13. Quebra antecipada do contrato.....	579
22.2.14. Resolução por perda de interesse do credor.....	585
22.2.14.1. Critérios para a avaliação do incumprimento definitivo por perda de interesse do credor	588
22.2.14.2. Critérios estrangeiros.....	596
22.2.14.3. Causa da perda do interesse	601
22.2.15. Momento da avaliação da gravidade do incumprimento	601
22.2.16. Avaliação judicial da gravidade do incumprimento	602
22.2.17. Comportamento do credor.....	604
22.3. Requisitos: credor não inadimplente.....	604
22.3.1. Conceito de credor não inadimplente.....	604
22.3.2. A alegação de inadimplência do credor.....	610
23. Casos especiais de resolução pelo devedor.....	613
24. Procedimentos.....	616
24.1. Possibilidade da restituição.....	616
24.1.1. Restituição na resolução legal e na convencional	617
24.1.2. Restituição e o caso fortuito	619

25. Resolução extrajudicial.....	620
26. Cláusula resolutiva.....	622
27. Resolução extrajudicial por notificação ou outra manifestação eficaz do credor.....	622
28. Resolução judicial.....	631
28.1. Alternativas do credor.....	632
28.2. Cumulação de ações.....	635
28.3. Natureza da sentença.....	637
28.4. Prescrição e renúncia.....	638
28.5. <i>Jus variandi</i>	640
28.6. Legitimação ativa.....	653
28.7. Cessão de crédito.....	654
28.8. Assunção de dívida.....	656
28.9. Cessão da posição contratual.....	657
28.10. Prestação divisível ou indivisível.....	658
28.11. Legitimação passiva.....	668
28.12. Defesa do devedor.....	670
28.13. <i>A exceptio non adimpleti contractus</i>	672
28.14. A exceção e a reconvenção.....	673
28.15. Mora.....	676
28.16. Carga da prova.....	678
29. Efeitos da resolução.....	682
29.1. Retroatividade.....	684
29.2. Relação de liquidação.....	688
29.3. Restituição.....	690
29.4. Eficácia real.....	696
29.5. Indenização.....	700

SEÇÃO III DA EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO

ART. 476.....	715
1. Origem.....	717
2. Fundamentos.....	720
3. Conceito.....	722
4. Pressupostos.....	724
4.1. Contrato bilateral.....	728
4.2. Contrato bilateral com prestações correspectivas.....	733

4.3. A simultaneidade da prestação.....	735
4.4. A consequência do princípio da simultaneidade de cumprimento.....	736
4.5. Obrigação principal e acessória.....	737
4.6. Os contratos plurilaterais.....	739
4.7. Contrato duradouro.....	740
5. Exceção e boa-fé.....	745
6. Função da exceção.....	749
7. Função de conservar o contrato.....	752
8. Espécies de defesas.....	754
9. Espécies de exceção.....	756
10. Exceção da exceção.....	757
11. Exceção contra a administração pública.....	758
12. Diferença do incumprimento na exceção e na resolução.....	764
13. Retenção, compensação e resolução.....	765
14. Efeito dilatório da exceção.....	768
15. Momento da alegação.....	770
16. Obrigação do réu.....	774
17. Pluralidade de partes.....	776
18. Mora.....	777
19. Obrigação do autor.....	781
20. Vencimento antecipado.....	784
21. Inadimplemento antecipado.....	785
22. Oferta da prestação pelo autor.....	795
23. Alegação do réu de descumprimento pelo autor.....	796
24. Gravidade do inadimplemento do autor.....	797
25. <i>Non rite adimpleti contractus</i>	797
26. Ação redibitória.....	801
27. Defesa do autor (excepto) diante da exceção.....	803
28. Prova.....	804
29. Defesa do réu.....	806
30. Crédito do réu.....	808
31. Efeito da exceção.....	809
32. Efeito da exceção em relação a terceiros.....	811
33. Sentença.....	812
34. Conteúdo da sentença.....	816
35. Pode o juiz reconhecer de ofício a exceção?.....	816
36. Renúncia.....	821

37. Prescrição	826
38. Reconvenção	828
39. Extinção da exceção.....	829
ART. 477	829
1. Dúvida sobre o cumprimento.....	830
2. Pressupostos da exceção fundada na dúvida de cumprimento.....	833
3. Situações possíveis.....	833
4. Diminuição patrimonial	834
5. Efeito da diminuição: comprometer ou tornar duvidosa a prestação.....	836
6. Natureza da exceção	837
7. Conduta do excepto. A garantia	838

SEÇÃO IV DA RESOLUÇÃO POR ONEROSIDADE EXCESSIVA

1. Introdução	840
2. Informações de direito comparado.....	848
2.1. França	848
2.2. Québec	852
2.3. Holanda.....	854
2.4. Alemanha	854
2.5. Portugal.....	855
2.6. Argentina.....	858
2.7. Espanha.....	860
2.8. Inglaterra.....	861
2.9. Itália	863
2.10. Internacional	864
3. O instituto no Brasil antes do Código Civil de 2002	868
4. Influência das novas codificações	872
5. Fundamentos	873
ART. 478	878
1. Importância do tema	880
2. Distinções	881
3. Modalidades de contratos quanto ao tempo de execução	882
4. Contratos de execução continuada ou diferida	885

5. Onerosidade e os diversos tipos contratuais	886
6. Onerosidade e os contratos aleatórios.....	891
7. Onerosidade e os contratos relacionais	894
8. Contratos de massa	897
9. Fato superveniente	898
10. Onerosidade	904
11. Vantagem extrema.....	911
12. Comparação entre os arts. 478 e 317	911
13. Hipóteses de desvalorização da prestação	917
14. Diferença entre a ação do art. 478 (por onerosidade) e a do art. 475 (por inexecução).....	918
15. Leis esparsas	919
16. Mora	919
17. Iniciativa do agravado.....	920
18. Renúncia	922
19. O agravado pode promover a resolução ou a revisão do contrato	923
20. Defesa do réu	927
21. O agravado pode deixar de cumprir?	928
22. Efeito da sentença	931
 ART. 479	 933
1. Oferta	933
2. Conservação do contrato.....	938
2.1. Instrumentos de conservação.....	938
2.2. Cláusula de revisão dos contratos.....	940
2.2.1. Cláusula de revisão dos contratos internacionais (<i>hardship</i>).....	947
2.2.2. Textos internacionais.....	951
2.3. Revisão e o contrato relacional.....	955
 ART. 480	 959
1. Obrigação de apenas uma das partes	960
2. Extensão do art. 480.....	964
 Bibliografia sobre a Boa-Fé	 969
Bibliografia	981
Índice Onomástico	1023
Índice Alfabético e Remissivo	1037
Índice da Jurisprudência	1049

RUY ROSADO DE AGUIAR JÚNIOR

COMENTÁRIOS AO NOVO CÓDIGO CIVIL

Da Extinção do Contrato

Volume VI
Tomo II
(Arts. 472 a 480)

Coordenador

SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA



Rio de Janeiro

REFERÊNCIA:

AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. **Comentários ao novo código civil**: da extinção do contrato: arts. 472 a 480. Rio de Janeiro: Forense, 2011. v. 6, t. 2.